

\*

**A. C. T. A. B. C.**

\*

**ASSOCIAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES  
DA REGIÃO DO GRANDE  
ABC**

## **MANIFESTO**

Nós, Conselheiros e Conselheiras Tutelares dos municípios que compõe a região do grande ABC, vimos a público apresentar o manifesto de criação da nossa **ASSOCIAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO GRANDE ABC - A C T A B C**.

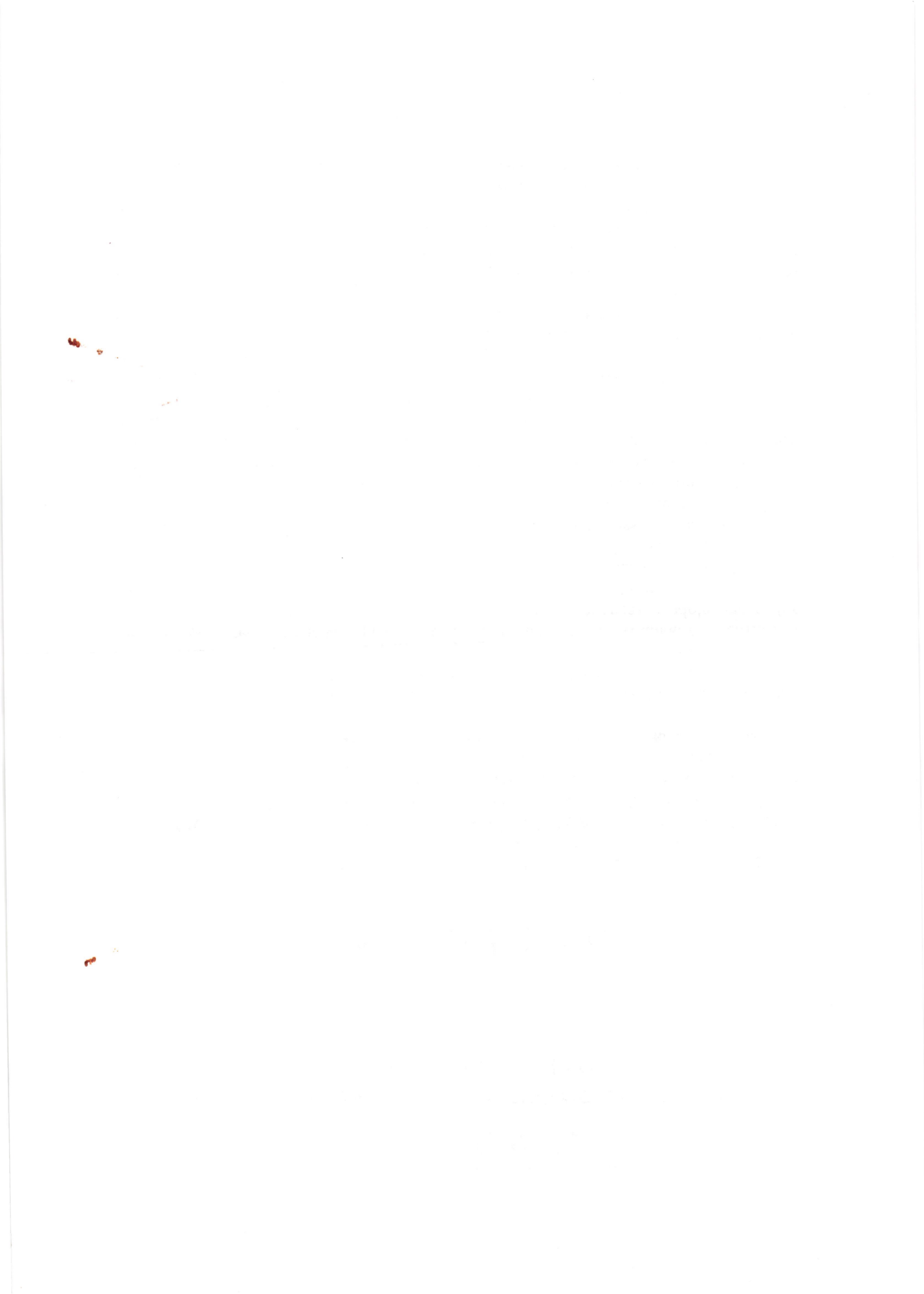
Após dez anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8.069/90, constatamos a forte presença dos Conselhos Tutelares no cotidiano de busca pelos direitos de cidadania da população infanto juvenil oriundas fundamentalmente das famílias que encontram-se em situação de exclusão social nas periferias do Grande ABC.

Vários Conselheiros Tutelares cumpriram mandatos ao longo deste período de vigência da Lei, contribuindo assim para a construção da história de afirmação do órgão junto a suas respectivas comunidades, junto aos distintos órgãos que constituem o arco de suas relações interinstitucionais, junto ao coletivo de funcionários, voluntários e dirigentes das entidades sociais que compõem a rede de atenção às crianças e adolescentes dos municípios de nossa região e também junto aos meios de comunicação social.

Muito foi feito e muito há por se fazer, várias dificuldades foram enfrentadas e muitas ainda dificultam o exercício da função dos Conselheiros Tutelares, fundamentalmente no que diz respeito ao fluxo de atendimento da nossa população alvo.

Os municípios de nossa região tem buscado discutir de forma orgânica questões de interesse comum, fato que gerou o surgimento, há mais de uma década, do **Consórcio Intermunicipal do Grande ABC**, instância composta pelos sete prefeitos da região. Neste mesmo contexto, de debate de assuntos de interesse comum, surgiu o **Fórum da Cidadania do Grande ABC**, instância que congrega diversas forças vivas da sociedade civil da região, desde entidades sociais até entidades sindicais e patronais, isto ocorreu a aproximadamente dez anos. A menos tempo os legisladores do grande ABC organizaram o Fórum Regional Parlamentar contando com representações de vereadores de todas as Câmaras Municipais da região, que por momentos desarticulou-se e atualmente volta a se fortalecer, visto a necessidade de ocuparem espaço na agenda política regional.

Após ter sido instituído as organizações representativas dos Poderes Executivo/Consórcio, da Sociedade Civil Organizada/Fórum da Cidadania e dos Poderes Legislativos/Fórum Parlamentar, faltava uma instância regional que congregasse todas essas forças na luta por interesses da região, foi então que surgiu, a aproximadamente cinco anos, **a Câmara de Desenvolvimento do Grande ABC** que, além da representação das instâncias acima citadas, conta com representação de várias secretarias e órgãos do Governo Estadual, representação do Gabinete do Governador do Estado e Parlamentares estaduais e Federais da



\*      **A. C. T. A. B. C.**      \*

**ASSOCIAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES  
DA REGIÃO DO GRANDE  
A B C**

região. Esta instância surgiu a aproximadamente quatro anos em reconhecimento a força e organização das representações de nossa região, nela há vários grupos de trabalho, dentre eles, o **Movimento Regional Criança Prioridade 1**, que tem por função aglutinar os setores que pautam-se pelo debate, proposição e efetivação das políticas de defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes da região.

Os Conselheiros Tutelares tem acompanhado vários destes importantes acontecimentos e debates regionais, entretanto chegou a hora de nos **articularmos organicamente** visando buscarmos os nossos espaços para:

- Participarmos dos debates sobre os temas de interesse regional, em particular aqueles atinentes aos direitos dos cidadãos crianças e dos cidadãos adolescentes;
- Desenvolvermos ações visando a superação das dificuldades quanto às condições para exercermos nossas obrigações públicas;
- Articularmos retaguarda que garanta a possibilidade de nos defender de eventuais processos judiciais aos quais estamos expostos face ao fato de, em nossa rotina, lidarmos com conflitos de interesses, sejam de famílias que atendemos, sejam das instâncias com as quais nos relacionamos cotidianamente;
- Alcançarmos melhores condições para trabalhar o nosso necessário processo permanente de formação, e;
- Qualificarmos nossa participação e intervenção em nível estadual e nacional junto aos espaços específicos para Conselheiros Tutelares e junto aos espaços onde o conjunto dos atores sociais da área infância e adolescência atuam.

Urge providências para instalação do **Sistema de Informatização Para a Infância e Adolescência - SIPIA**, no conjunto dos Conselhos Tutelares da Região, nossas carências estruturais estão diretamente ligadas ao "status" que a área criança e adolescente ocupa nos orçamentos anuais das administrações municipais, temos a prerrogativa legal de opinar sobre as definições de distribuição de recursos nas peças orçamentárias ano a ano, entretanto isto vem se dando de forma precária no conjunto dos municípios de nossa região, ora por despreparo nosso e muitas vezes por encontrarmos obstáculos para a efetivação desta prerrogativa, cabe lembrar que já há jurisprudência favorável aos Conselhos Tutelares para este fim pois colegas nossos de alguns municípios do Rio Grande do Sul reagiram juridicamente ao impedimento de suas participações e obtiveram êxito. É o momento de colocarmos na agenda política regional o debate sobre o **ORÇAMENTO CRIANÇA**, a reboque do que o **UNICEF** tem realizado em nível nacional.

***Os Conselheiros não precisam de "conselhos", sabem que precisam se organizar !***

Grande ABC, abril de 2001.

